

Não há caridade sem a verdade – A deturpação da palavra “amor”

Orlando Fedeli

NÃO HÁ CARIDADE SEM A VERDADE A DETURPAÇÃO DA PALAVRA “AMOR”

“Sem Fé é impossível agradar a Deus” (Heb, I, 6).

Desde sua primeira encíclica, *Deus caritas est*, o Papa Bento XVI tem salientado como a palavra amor tem sido deturpada em nosso tempos:

“O termo «amor» tornou-se hoje uma das palavras mais usadas e mesmo abusadas, à qual associamos significados completamente diferentes” (Bento XVI, *Deus caritas est*, nº 2).

Mais ainda do que abusado, o termo amor foi sendo prostituído em nossos dias. Sobretudo nos sermões e nos comunicados episcopais do pós-Concílio, quando amor passou a ser simples filantropia.

Como principiou essa prostituição do termo amor?

Como se processou essa deturpação semântica, pensada e planejada, a fim de levar a confundir amor com filantropia ou com mera solidariedade?

Como se passou do conceito católico de amor – virtude teologal da Caridade – até reduzi-lo ao nível puramente animal, depois de o ter feito passar pela confusão de amor com mero sentimento?

Certamente, o processo de deturpação do sentido da palavra “amor” foi longo.

Bento XVI, em sua aula magistral de Regensburg, apontou a origem de toda a derrocada metafísica na Cristandade com filosofia voluntarista de Duns Scoto. De fato, o voluntarismo da filosofia de Duns Scoto fez colocar o querer, isto é, o amor acima do conhecer, iniciando um processo que culminaria no Romantismo e no modernismo atuais.

Não se pode negar que Pascal e o Romantismo prosseguiram esse processo de deturpação da caridade, amor sobrenatural, desvinculando o querer da conhecimento.

É bem conhecida a frase do jansenista Pascal de que “O coração tem razões que a própria razão desconhece”.

Para os românticos subjetivistas, o amor era completamente separado da razão. Mais ainda, os românticos consideravam que o amor necessariamente devia ser irracional. Devia ser uma paixão desprovida de racionalidade. Devia ser mero sentimento.

Por isso Rousseau, para citar um sentimental romântico dos mais explícitos e dos mais conhecidos, o homem devia se deixar levar só pelo coração, pelo sentimento, não pela razão:

“Existir, para nós, é sentir; incontestavelmente nossa sensibilidade é anterior à nossa inteligência, e nós antes tivemos sentimentos do que ideias” (Jean-Jacques Rousseau, *La profession de foi du Vicaire Savoyard*, nº 1.036).

Rousseau irá mais longe ainda em seu repúdio à racionalidade, ao escrever:

Ouso quase assegurar que o estado de reflexão é um estado contrário a natureza, e que o homem que medita é um animal depravado. (Jean-Jacques Rousseau, Discurso sobre a Origem da desigualdade entre os homens, I Parte, In *Os Pensadores*, XXIV,

Abril Cultural, p. 247).

E, no Romantismo alemão, Novalis defenderá a mesma tese irracionalista: “O pensamento é apenas o sonho do sentir, é um sentir entorpecido” (Apud Gerd Bornheim, *A Filosofia do Romantismo*, in J. Guinsburg, *O Romantismo*, ed. Perspectiva, São Paulo, 1978, p. 96).

Essa primazia do sentimento, típica do Romantismo, vai ser adotada até por autores que se apresentam como católicos tradicionalistas, como Plínio Corrêa de Oliveira, o fundador da TFP.

Plínio valorizava antes o sentir do que o compreender. Por exemplo, no artigo “O Senso Comum e a Procura do Absoluto” (In Revista *Dr. Plínio*, nº 71, fevereiro de 2.004, p. 27 -30), ele afirma que o primeiro passo para “saborear os bens espirituais” consiste em sentir:

 Não se trata apenas, ou sempre, de fazer a explicitação das coisas percebidas pelos sentidos. O passo inicial indispensável é uma espécie de sentir do qual nascerá mais tarde a explicitação. Esta seria o segundo estágio, menos imprescindível, enquanto o primeiro é o mais precioso, porque dele depende o resto do processo. (Plínio Corrêa de Oliveira, *O Senso Comum e a Procura do Absoluto*”, in Revista *Dr. Plínio*, ano VII, nº 71, fevereiro de 2.004, p. 27. Os destaques são meus).

Portanto, o fundamental e o mais precioso seria o sentir. Explicitar seria menos importante do que o sentir.

E ele insiste nesse ponto como fundamental:

 Insisto na importância desse primeiro sentir: sem uma espécie de vivência (palavra perigosa, mas adequada às nossas reflexões) muito rica do objeto ou situação apreendidos pelos sentidos as etapas

posteriores serão nulas. (Plínio Corrêa de Oliveira, *O Senso Comum e a Procura do Absoluto*, in *Revista Dr. Plínio*, ano VII, nº 71, fevereiro de 2.004, p. 27, o destaque é nosso).

Portanto, um primeiro sentir “vivencial” seria o essencial para a compreensão...

No fim do século XIX, amar se confundiu com o agir. Em Blondel, filósofo do Modernismo, o querer permitiria o conhecer. Daí sua defesa da “ação”. Depois dele, houve uma difusão pandêmica do voluntarismo e do puro agir confundido com o fazer. Sorrel defendeu a ação sindical. Lenin fez do marxismo uma ação revolucionária profissional. Mussolini exaltou a ação. Marinetti, nos Manifestos do Futurismo, pediu o incêndio das bibliotecas, cantou o valor do soco, a mística da violência, a força do motor à explosão.

Essa exaltação da vontade ia triunfar nos movimentos totalitários de direita e de esquerda.

Infelizmente, por culpa da infiltração modernista na Igreja, até nos movimentos católicos triunfou a mística da ação. A Ação Católica, lançada por Pio XI, fundamentou-se mais no agir do que no conhecimento da verdade. Portanto, mais na ação do que na Fé. E a caridade se transformou em ativismo político. Com o tempo, essa capitulação fez com que os movimentos de ação “católica” acabassem por se unir ao movimento comunista internacional, passando a agir até mesmo na guerrilha marxista, a reboque do Partido Comunista.

Isso aconteceu depois do Vaticano II. Pois foi o Vaticano II que consagrou a possibilidade de existir o amor, a caridade, sem a Fé.

Ora, é impossível amar sem conhecer. Ninguém pode querer xoró no avesso. Porque ninguém pode conhecer xoró, pois xoró não existe. Imagine-se, então, como seria possível amar, querer xoró – ser inexistente – no avesso!

É o conhecimento da inteligência que move a vontade a querer. Por isso não pode haver caridade sem a Fé.

Porém, nos documentos do Vaticano II, se admitiu, contra a doutrina de sempre, que poderia haver caridade verdadeira nas seitas heréticas, isto é, que se poderia amar a Deus sem crer nEle. Isso foi admitir a possibilidade de gostar de xoró no avesso.

Depois a *Populorum Progressio* e a Conferência de Medellín sancionaram a caridade como ação revolucionária. Daí é que nasceu a Teologia da Libertação que confunde redenção católica com “libertação” comunista do proletariado. Essa teologia marxista fez da agitação política “amor”. Confundiu caridade com ação revolucionária e fez de Cristo um rebelde, renegando o redentor e sua Cruz.

Nas paróquias menos ideologizadas, o amor passou a ser simplesmente distribuir comida para favelados, a reboque dos revolucionários. No Brasil, as Campanhas da Fraternidade se tornaram idênticas à filantropia maçônica. Houve até um Cardeal que lançou uma campanha de coleta de agasalhos para os pobres, no inverno, usando como mote, como canção-símbolo, uma musiquinha completamente pagã que cantarolava satanicamente:

“Quero que você me aqueça nesse inverno,

E que tudo o mais vá para o inferno”.

Versos que se referiam ambigualmente a um amor físico, unido ao desejo de que tudo o mais – “caridosamente” – fosse para o inferno.

Hoje, esse amor sem verdade, esse querer sem conhecer, levou ao triunfo do egoísmo e da violência. Que tudo vá para o inferno, desde que eu tenha prazer, como um Cardeal fez cantar nas paróquias.

Hoje, tudo está indo “para o inferno”.

Agora, ainda que apresentando a *Caritas in veritate* como continuadora da *Populorum progressio* – o que só se consegue por meio dos malabarismos mais torcicolosos da hermenêutica fenomenológica moderna, que aprova todas as “leituras” possíveis, ainda que contraditórias –, Bento XVI condena, graças a Deus, apesar da hermenêutica, a falsa caridade, o falso amor sem a verdade.

Veja-se o que diz o Papa atual em sua última encíclica:

Só na verdade é que a caridade refulge e pode ser autenticamente vivida. A verdade é luz que dá sentido e valor à caridade. Esta luz é simultaneamente a luz da razão e a da fé, através das quais a inteligência chega à verdade natural e sobrenatural da caridade: identifica o seu significado de doação, acolhimento e comunhão. Sem verdade, a caridade cai no sentimentalismo. O amor torna-se um invólucro vazio, que se pode encher arbitrariamente. É o risco fatal do amor numa cultura sem verdade; acaba prisioneiro das emoções e opiniões contingentes dos indivíduos, uma palavra abusada e adulterada chegando a significar o oposto do que é realmente. A verdade liberta a caridade dos estrangulamentos do emotivismo, que a despoja de conteúdos relacionais e sociais, e do fideísmo, que a priva de amplitude humana e universal. Na verdade, a caridade reflete a dimensão simultaneamente pessoal e pública da fé no Deus bíblico, que é conjuntamente «Agápe» e «Lógos»: Caridade e Verdade, Amor e Palavra (Bento XVI, *Caritas in veritate*, nº 3).

Não se poderia dizer melhor.

Todo o falso amor, que atualmente é ensinado nos sermões, fica condenado por essas palavras de Bento XVI.

Nunca se falou tanto de amor, nas homilias. Nunca o amor foi tão esquecido como em nossos dias.

Quando muito, amor é emotividade, sentimentalismo, filantropia. Jamais ele se identifica com a verdadeira caridade, que só pode existir com a verdade, isto é, com a Fé.

Pois ensina o Apóstolo que “Sem fé, é impossível agradar a Deus” (Heb. XI, 6).

Como então, o Vaticano II afirmou que seria possível encontrar bem nas seitas heréticas e mesmo pagãs, pois nelas o Espírito Santo não recusaria agir?

Como isso seria possível sem a Fé?

E o Apóstolo diz ainda:

“Tudo o que não é segundo a fé, é pecado.” (Rom XIV, 23).

Portanto, que se tenha a coragem de concluir que em nenhuma seita herética pode haver santidade, que é sinônimo de caridade iluminada pela Fé. E toda heresia, negando a Verdade revelada, destrói a Fé. E sem a Fé não há verdadeira caridade. Não há amor. Não pode haver amor e virtude sobrenaturais. É o que ensina São Paulo.

Bento XVI insiste que a caridade não é sentimentalismo:

“(…) o amor não é apenas um sentimento” (Bento XVI, *Deus caritas est*, nº 17). E o Papa salienta que “Os sentimentos vão e vêm” (idem), mas a caridade permanece. O verdadeiro amor é constante e fiel à verdade que o gerou.

E nem a caridade católica é mero assistencialismo:

“Por isso, é muito importante que a atividade caritativa da Igreja mantenha todo o seu esplendor e não se dissolva na organização assistencial comum, tornando-se uma simples variante da mesma (Bento XVI, *Deus caritas est*, nº 31).

A caridade não deve ser exercida apenas individualmente. A caridade exige a justiça também na sociedade.

Na sociedade moderna – integralmente humanista, isto, é totalmente pagã, pois retirou Deus do centro de tudo – não há Fé e, portanto, não pode haver verdadeira caridade. Por isso, no mundo moderno não há paz.

E Bento XVI recorda o que, desde o Vaticano II, andava bem esquecido: só a defesa da Verdade permite que haja verdadeira caridade.

Como então fica o ecumenismo que velou a verdade e amarfanhou e deturpou a caridade?

A caridade na verdade, que Jesus Cristo testemunhou com a sua vida terrena e sobretudo com a sua morte e ressurreição, é a força propulsora principal para o verdadeiro desenvolvimento de cada pessoa e da humanidade inteira. O amor – « caritas » – é uma força extraordinária, que impele as pessoas a comprometerem-se, com coragem e generosidade, no campo da justiça e da paz. É uma força que tem a sua origem em Deus, Amor eterno e Verdade absoluta. Cada um encontra o bem próprio, aderindo ao projeto que Deus tem para ele a fim de o realizar plenamente: com efeito, é em tal projeto que encontra a verdade sobre si mesmo e, aderindo a ela, torna-se livre (cf. Jo 8, 22). Por isso, defender a verdade, propô-la com humildade e convicção e testemunhá-la na vida são formas exigentes e imprescindíveis de caridade. Esta, de fato, « rejubila com a verdade » (1 Cor 13, 6) (Bento XVI, *Caritas in veritate*, nº 1).

Não existe santidade sem caridade. E não pode existir a caridade sem a verdade. Ora, assim como só se pode dar a saúde combatendo a doença, também só se pode defender e ensinar a

verdade, condenando o erro oposto a ela.

A caridade exige que se critique os erros do próximo e até mesmo que se os condene e que se os castigue. Pois o Catecismo ensina que ensinar os ignorantes e castigar os que erram são obras de misericórdia espiritual, portanto, obras de caridade, de amor verdadeiro.

João XXIII, em seu discurso de abertura do Vaticano II, ordenou que o Concílio não condenasse erros. Portanto, ordenou que o Concílio não exercesse uma obra de misericórdia própria, necessária, obrigatória para um Concílio. A pastoralidade do Vaticano II faltou com a caridade.

Por isso, hoje, se pensa, bem erradamente, que o amor proíbe punir, corrigir, criticar e até castigar. Antes que a revolução Hippie, o Vaticano II havia “proibido proibir”. Daí, Paulo VI ter acabado com o Índice dos Livros Proibidos e reformado o Santo Ofício, como haviam preconizado os hereges modernistas.

O “é proibido proibir” foi traduzido como “Tudo é permitido”...

Menos o bem.

Por isso mesmo, a mesma pastoralidade do Vaticano II leva alguns Bispos, seus promotores, a fazer queixa policial contra quem lhes pede a Missa de sempre de acordo com o que foi permitido pelo *Motu Proprio Summorum Pontificum*.

O bom pastor, conforme o Vaticano II, vai à Delegacia de Polícia e faz BO contra as suas ovelhas.

São Paulo, 3 de Agosto de 2009

Orlando Fedeli